



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

LUCAS RAPHAEL PACHECO DE SOUZA

Contabilidade e mensuração a valor justo: uma
pesquisa bibliométrica em periódicos nacionais (2017 - 2022)

Brasília, DF
2024

LUCAS RAPHAEL PACHECO DE SOUZA

CONTABILIDADE E MENSURAÇÃO A VALOR JUSTO:
UMA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA EM PERIÓDICOS NACIONAIS (2017 - 2022)

Artigo apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Responsável:
Jorge Katsumi Niyama

Linha de pesquisa:
Contabilidade e Mercado Financeiro

Área:
Harmonização e Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade

Brasília, DF
2024

CIP - Catalogação na Publicação

Pc Pacheco de Souza, Lucas Raphael.
CONTABILIDADE E MENSURAÇÃO A VALOR JUSTO: UMA PESQUISA
BIBLIOMÉTRICA EM PERIÓDICOS NACIONAIS (2017 - 2022) / Lucas
Raphael Pacheco de Souza; orientador Jorge Katsumi Niyama.
-- Brasília, 2024.
50 p.

Monografia (Graduação - Ciências Contábeis) --
Universidade de Brasília, 2024.

1. Contabilidade. 2. Mensuração a valor justo. 3.
Pesquisa bibliométrica. 4. Periódicos nacionais. 5. 2017 a
2022. I. Katsumi Niyama, Jorge, orient. II. Título.

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Doutor Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

LUCAS RAPHAEL P. DE SOUZA

CONTABILIDADE E MENSURAÇÃO A VALOR JUSTO:
UMA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA EM PERIÓDICOS NACIONAIS (2017-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia ou Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama

Orientador

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Universidade Brasília (UnB)

Prof. Dr. Paulo Cesar de M. Mendes

Examinador

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Universidade de Brasília (UnB) ou outra instituição

BRASÍLIA

2024

Este trabalho é dedicado a você, Deus, e a todos aqueles a quem esta pesquisa possa ajudar de alguma forma.

AGRADECIMENTOS

Deixo os meus sinceros agradecimentos, em primeiro lugar, a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos.

Aos meus pais e irmã, por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo desses anos de curso.

Ao professor Jorge Katsumi Niyama, por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

À instituição de ensino Universidade de Brasília (UnB), essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

RESUMO

Com a pesquisa bibliográfica, tem-se como objetivo geral avaliar a produção científica referente à mensuração do valor justo em periódicos nacionais de 2017 a 2022. A coleta de dados para a formação da amostra se deu por uma série de buscas e pesquisas de artigos no site de cada periódico, a fim de identificar artigos que se encaixavam dentro do objetivo da pesquisa. Após realizada a análise dos periódicos, os artigos foram selecionados através de seus títulos, seus resumos e suas respectivas palavras-chaves, a fim de discernir quais artigos atendiam o objetivo deste trabalho. Após filtragem e devida análise, foram selecionadas 78 publicações científicas. Para confirmar que as publicações se relacionavam com o tema e para fins de seleção inicial de artigos, foi utilizado o software IRAMUTEQ e realizada uma nuvem de palavras. Os resultados são: o periódico com maior número de artigos publicados é o Custos e Agronegócios Online (34,62%; n = 27); a maior parte dos artigos publicados em periódicos nacionais se concentra em revistas com classificação Qualis A3 (70,51%; n = 55); os autores com o maior número encontrado de artigos são o Ricardo Luiz Menezes da Silva e a Sirlei Lemes com 5 documentos cada; sobre a escolaridade dos autores(as), cerca de 45,15% possuem doutorado enquanto 18,14% possuem o mestrado; e as instituições que mais tiveram seus pesquisadores publicando sobre o valor justo de 2017 a 2022 foram UFU, UFSC, UnB e USP.

Palavras chave: Contabilidade. Mensuração a valor justo. Pesquisa bibliométrica. Periódicos nacionais. 2017 a 2022.

ABSTRACT

The general objective of the bibliographical research was to evaluate scientific production on fair value measurement in national journals from 2017 to 2022. Data collection for the sample was carried out through a series of searches for articles on each journal's website, in order to identify articles that fit the research objective. After analyzing the journals, the articles were selected using their titles, abstracts and keywords, in order to discern which articles met the objective of this study. After filtering and analysis, 78 scientific publications were selected. In order to confirm that the publications were related to the topic and for initial article selection purposes, IRAMUTEQ software was used and a word cloud was created. The results are as follows: the journal with the highest number of published articles is Custos e Agronegócios Online (34,62%; n = 27); most of the articles published in national journals are in Qualis A3 journals (70,51%; n = 55); the authors with the highest number of articles are Ricardo Luiz Menezes da Silva and Sirlei Lemes with 5 documents each; regarding the education level of the authors, about 45,15% have a doctorate while 18,14% have a master's degree; and the institutions that had the most researchers publishing on fair value from 2017 to 2022 were UFU, UFSC, UnB and USP.

Key words: Accounting. Fair value measurement. Bibliometric research. National journals. 2017 to 2022.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Periódicos de maior frequência no tema	30
Tabela 2 – Distribuição dos periódicos por estrato do Qualis	31
Tabela 3 – Produção por ano	32
Tabela 4 – Quantidade de artigos por ano e número de pesquisadores	32
Tabela 5 – Instituições mais frequentes	33
Tabela 6 – Gêneros dos autores(as)	35
Tabela 7 – Escolaridade dos autores(as)	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação entre os métodos Valor Justo e Custo Histórico	16
Quadro 2 – Definição e Características dos Níveis Hierárquicos	18
Quadro 3 – Seleção da amostra	26
Quadro 4 – Autores (as) mais frequentes	35
Quadro 5 – Perfil das publicações dos Autores(as) mais frequentes	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nuvem de palavras da amostra de artigos coletados

30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Contextualização	13
1.2 Problema de Pesquisa	13
1.3 Objetivos	14
1.3.1 Objetivo geral	14
1.3.2 Objetivo específicos	14
1.4 Justificativas	14
1.5 Estrutura do trabalho	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Valor justo	15
2.1.1 Evolução do Valor Justo	16
2.1.2 Comparação com o Custo Histórico	17
2.1.3 Hierarquia do Valor Justo	19
2.1.4 Valor Justo e as características qualitativas da informação	20
2.2 Pesquisa Bibliométrica	21
2.3 Estudos anteriores sobre Valor Justo em periódicos	22
3. PROCEDER METODOLÓGICO	26
3.1 População e amostra dos artigos sobre Valor Justo	26
4. RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO	30
4.1 Seleção por periódicos de maior frequência	30
4.2 Seleção pela Classificação dos Periódicos	31
4.3 Produção por Ano	31
4.4 Seleção pela Quantidade de Número de Pesquisadores	32
4.5 Produção por Afiliação Institucional dos Autores(as)	33
4.6 Perfil dos Autores	34
4.7 Seleção pelos Autores(as) mais frequentes	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICES	41

1 INTRODUÇÃO

Convém apresentar a contextualização, o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, a justificativa e a estrutura deste trabalho.

1.1 Contextualização

O valor justo - ou *fair value* em inglês - é um conceito fundamental no campo da contabilidade, desempenhando um papel essencial na avaliação patrimonial e mensuração de ativos e passivos. Segundo o *International Accounting Standards Board* (IASB), o valor justo é definido como "o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas e conhecedoras do mercado, em uma transação realizada em condições de livre concorrência".

A definição de valor justo também está descrita no CPC 29 como: “preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração” (item 8). Martins et al (2013, p. 329) afirmam que os conceitos e definições sobre o valor justo constantes no CPC 29 são, na essência, os mesmos da norma internacional sobre o assunto, IFRS 13 – *Fair Value Measurements*, correlata do CPC 46 - Mensuração do valor justo.

A pesquisa e publicação de artigos sobre o tema em periódicos nacionais se demonstra importante a fim de contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento das discussões acerca do Valor Justo como método de mensuração de ativos e passivos, busca identificar as principais abordagens ou controvérsias sobre o tema e os principais autores, aprimorar as práticas contábeis e orientar pesquisas adicionais nesta área dinâmica e crítica.

Esta monografia se diferencia das demais, uma vez que há o desenvolvimento da literatura, sendo necessárias novas pesquisas ao longo do tempo.

1.2 Problema de Pesquisa

Quais as características das publicações sobre valor justo em periódicos nacionais no período de 2017 a 2022?

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Avaliar a produção científica referente à mensuração do Valor Justo, em periódicos nacionais no período de 2017 a 2022.

1.3.2 Específicos

- Identificar quais periódicos possuem uma maior quantidade de publicações;
- Identificar os pesquisadores que mais tem desenvolvido estudos acerca do tema;
- Analisar o perfil dos pesquisadores, a qual instituição pertence e a qualidade das publicações.

1.4 Justificativas

Esta pesquisa contribui e amplia o conhecimento, vislumbrando a realidade sobre o tema, o qual comumente está sendo discutido em periódicos nacionais.

A escolha por este tema deve-se à identificação com o assunto proposto, quanto a partir do desenvolvimento e evolução do tema valor justo na mensuração de ativos e passivos, que anteriormente era limitado ao custo histórico, sendo praticamente o único critério de mensuração.

Há valor deste assunto para a sociedade, pois busca trazer a trajetória da evolução da produção científica em periódicos nacionais acerca do tema “valor justo” ou “*fair value*”.

1.5 Estrutura do trabalho

No primeiro capítulo, Introdução, convém apresentar a contextualização, o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, a justificativa e a estrutura deste trabalho. No segundo, Referencial Teórico, serão destacadas as conceituações de valor justo, a evolução do valor justo como método de mensuração de ativos e passivos, a comparação com o custo histórico: vantagens e desvantagens, a hierarquia do valor justo: mensuração a partir de informações de nível 1, 2 e 3, além do valor justo e as características qualitativas da informação. No terceiro, Proceder metodológico, serão descritas a população e a amostra dos artigos sobre valor justo. No último, os resultados, as análises e a discussão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Serão destacadas as conceituações de valor justo, a evolução do valor justo como método de mensuração de ativos e passivos, a comparação com o custo histórico: vantagens e desvantagens, a hierarquia do valor justo: mensuração a partir de informações de nível 1, 2 e 3, além do valor justo e as características qualitativas da informação.

2.1 Valor Justo (*Fair Value*)

O SFAS 157, intitulado "*Fair Value Measurements*", foi emitido pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB) em setembro de 2006. Seu objetivo principal era definir o valor justo, estabelecer uma estrutura para mensurar o valor justo e expandir as divulgações sobre mensurações de valor justo. O SFAS 157 normatizou os diferentes tipos de saídas, dividindo-as em três diferentes níveis, conforme uma hierarquia.

A IFRS 13 é a Norma Internacional de Relatórios Financeiros que trata das mensurações do valor justo. A IFRS 13 foi emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A IFRS 13 fornece uma estrutura única para mensurar o valor justo e define o método como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração”. A norma se aplica a ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O IASB, por meio da IFRS 13 – *Fair Value Measurement*, assinala que a mensuração a valor justo presume que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorre no mercado principal para o ativo ou passivo ou, na ausência desse mercado principal, no mercado mais vantajoso.

O mercado principal é aquele que apresenta o maior volume ou nível de atividade, para um ativo ou passivo. O mercado mais vantajoso, por sua vez, é aquele que maximiza o montante que seria recebido pela venda de um ativo ou que minimiza o montante que seria

pago pela transferência de um passivo, após levar em conta os custos de transação e os custos de transporte.

A despeito disso, como método de mensuração de ativos e passivos, o valor justo pode ser expresso como o valor resultante de uma transação em que nenhuma das partes pode impor sua vontade (Niyama & Silva, 2008). Em resumo, a utilização do Valor Justo como método de mensuração reflete a busca por uma representação mais fidedigna e relevante dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras, que atende a necessidade de refletir a realidade econômica em constante mudança.

2.1.1 Evolução do Valor Justo

O conceito de Valor Justo (*Fair Value*, em inglês) está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento das normas contábeis e às mudanças no ambiente econômico e regulatório. Durante as décadas de 1930-1940, as empresas geralmente utilizavam o custo histórico como base para avaliação de ativos e passivos em seus balanços. Entretanto, nas décadas de 1950-1960 surgiram críticas ao modelo de custo histórico, argumentando que ele não refletia a realidade econômica, especialmente em períodos de inflação (CHOY, 2006; LOPES, 1999; PENG; BEWLEY, 2010).

Na década de 1970, o FASB nos Estados Unidos começou a considerar alternativas ao custo histórico e houve uma crescente aceitação da ideia de que as informações contábeis deveriam refletir o valor econômico atual dos ativos e passivos. O conceito de Valor Justo começou a ganhar mais destaque, particularmente em relação à avaliação de investimentos e instrumentos financeiros. O FASB emitiu uma série de pronunciamentos relacionados ao Valor Justo. Segundo Lustosa (2016), há mais de 60 pronunciamentos do FASB, contendo o termo *fair value*.

Dessa forma, Mendes et al (2017) apontaram que o *fair value*, ou valor justo, tem sido, há quase quarenta anos, um padrão de avaliação de ativos e passivos nos relatórios financeiros nas normas emitidas pelo Financial Accounting Standard Board (FASB) em mais de trinta pronunciamentos como mensuração de valor.

Na década de 1990, o IASB começou a convergir suas normas com as do FASB, e o conceito de Valor Justo foi incorporado em normas contábeis internacionais. A crise financeira de 2008 destacou a importância da mensuração a valor justo, pois muitos ativos perderam valor substancial. Isso levou a uma maior ênfase na transparência e na avaliação justa, com mudanças significativas nas normas contábeis.

Em 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 13, que fornece orientações detalhadas sobre a mensuração do Valor Justo. Essa norma define o Valor Justo, estabelece um framework para sua mensuração e fornece orientações sobre como ele deve ser aplicado em diferentes contextos contábeis.

Desde a emissão do IFRS 13, o Valor Justo permaneceu um tema importante nas normas contábeis internacionais e as discussões continuam sobre aprimoramentos e adaptações necessárias para refletir as mudanças no ambiente de negócios. O conceito de Valor Justo continua a evoluir à medida que a contabilidade busca se adaptar às mudanças nos mercados financeiros, na economia e nas práticas empresariais.

2.1.2 Comparação com o Custo Histórico

Antes do surgimento do Valor Justo, o método de mensuração de ativos e passivos predominante era o Custo Histórico, que registrava os ativos pelo seu custo original de aquisição. Essa abordagem tinha a vantagem da objetividade, mas poderia não refletir a realidade econômica em períodos de mudanças significativas nos valores de mercado.

A comparação entre o Valor Justo e o Custo Histórico envolve a análise das vantagens e desvantagens de cada método de mensuração de ativos e passivos nas demonstrações financeiras. Ambos os métodos têm características distintas, e a escolha entre eles depende dos objetivos e das circunstâncias específicas de cada entidade. A seguir no Quadro 1 estão algumas vantagens e desvantagens de cada abordagem:

Quadro 1 – Comparação entre os métodos Valor Justo e Custo Histórico

Método de Mensuração	Vantagens	Desvantagens
Custo Histórico	<ul style="list-style-type: none"> ● Objetividade ● Estabilidade ● Menor Volatilidade 	<ul style="list-style-type: none"> ● Não reflete mudanças no valor de mercado ● Avaliação potencialmente desatualizada
Valor Justo	<ul style="list-style-type: none"> ● Reflete condições de mercado atuais ● Maior relevância ● Conformidade com normas contábeis 	<ul style="list-style-type: none"> ● Complexidade e subjetividade ● Volatilidade nos resultados financeiros ● Custo de implementação/monitoramento

Fonte: Elaboração própria (2024)

O custo histórico e suas variações rezam que os ativos sejam mensurados pelo sacrifício realmente incorrido em sua obtenção. Já o *fair value* de um ativo refere-se ao valor que seria obtido caso esse ativo fosse negociado, em condições justas, em mercados organizados sem características impositivas como a liquidação da empresa, por exemplo. Nas situações nas quais o mercado existe de forma minimamente organizada, o conceito de *fair value* se confunde com o de valor de mercado. Quando esse valor de mercado não está disponível, é necessário utilizar mecanismos de estimação dos fluxos futuros de caixa conforme recomendado no pronunciamento 133 do FASB, *Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities*. Essas duas alternativas de mensuração mostram bem a discussão entre relevância e objetividade.

A tradição legal afeta diretamente o tratamento contábil e sua operacionalização. Como linha geral, a contabilidade nos países que adotam o direito romano (*code law*) sofre um processo de regulamentação muito intenso. A contabilidade brasileira é amplamente regulada, com forte presença do governo na regulação dos assuntos contábeis. Em países que adotam o direito consuetudinário (*common law*), a contabilidade é menos regulada, ou, quando é regulada, essa regulamentação não é emitida pelo governo, e sim por órgãos da iniciativa privada. Inglaterra e Estados Unidos oferecem exemplos dessa situação.

Os países de direito romano (*code law*) tendem a valorizar o conceito de custo histórico para certos ativos, enquanto países influenciados pelo direito consuetudinário (*common law*) tendem a preferir o conceito de *fair value*. Para eles, o custo histórico possui

maior objetividade, pois é verificado por intermédio de documentos comprobatórios, enquanto o valor justo passa, necessariamente, por algum tipo de estimativa. Naturalmente, a visão mais objetiva do custo histórico se adapta mais facilmente aos países que adotam o regime de direito romano, enquanto o *fair value* está mais próximo das características do direito consuetudinário. De forma geral, nos países de direito consuetudinário tende a predominar a essência sobre a forma no registro das transações.

Conforme discutido anteriormente, não existe uma alternativa melhor que a outra. O que ocorre é uma escolha entre a relevância econômica e o custo de monitoramento do comportamento dos agentes. Em mercados onde impera o modelo de controle externo das corporações (normalmente em países de *common law*), os mecanismos de controle incidentes sobre os agentes são mais eficientes do que em países de direito romano onde impera o modelo de controle interno. Dessa forma, nesses países (direito consuetudinário) o *fair value* é um conceito mais difundido do que em países que adotam o regime de direito romano, como o Brasil. O conservadorismo e a objetividade precisam ser entendidos dentro do contexto dos contratos que estão sendo realizados. Eles não são cláusulas imutáveis que devem ser aplicadas de forma ampla e inequívoca em todas as situações da mesma forma.

2.1.3 Hierarquia do Valor Justo

O Valor Justo (*Fair Value*) é classificado em três níveis distintos de mensuração, conhecidos como Nível 1, Nível 2 e Nível 3. Essa classificação é usada para fornecer informações sobre a fonte dos dados utilizados na determinação do Valor Justo e a confiabilidade dessas informações. Essa estrutura é comumente referida como a hierarquia do Valor Justo e busca promover a transparência e a comparabilidade das demonstrações financeiras. A seguir estão as definições e características de cada nível, segundo o CPC 46 (2012):

Quadro 2 – Definição e Características dos Níveis Hierárquicos

Níveis	Definição	Características
Nível 1	Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.	O preço cotado em mercado ativo oferece a evidência mais confiável do valor justo e deve ser utilizado sem ajuste para mensurar o valor justo sempre que disponível.

Nível 2	Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.	Informações de Nível 2 incluem os seguintes: (a) preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos; (b) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos; (c) informações, exceto preços cotados, que sejam observáveis para o ativo ou passivo; (d) informações corroboradas pelo mercado.
Nível 3	Informações (inputs) de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo.	Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Fonte: CPC 46 (2012)

A hierarquia de inputs definiu três níveis de prioridade na mensuração do valor justo, estabelecidos em função da disponibilidade de inputs para alimentar as técnicas e segue uma ordem de preferência, com o Nível 1 sendo mais preferível devido à maior objetividade e confiabilidade dos dados de mercado, além da menor subjetividade na determinação do Valor Justo.

Os Inputs de nível 1 são utilizados quando houver disponibilidade de preços cotados em mercados em atividade para ativos e passivos idênticos e que a entidade que reporta tenha condição de acessá-los na data da mensuração. Uma informação de nível 1 está disponível para muitos ativos financeiros e passivos financeiros, alguns dos quais podem ser trocados em múltiplos mercados ativos (por exemplo, em diferentes bolsas).

Os Inputs de nível 2 são usados quando outros inputs, exceto preços cotados, estiverem disponíveis para o ativo ou passivo de modo direto ou indireto. São exemplos desses inputs: preços de ativos ou passivos similares em mercados ativos; preços do mesmo (ou similar) ativo ou passivo em mercados não ativos, onde há poucas transações, ou os preços variam bastante no tempo ou entre operadores do mercado; taxa de juros e de câmbio etc.

Os Inputs de nível 3 são utilizados quando não há inputs observáveis para a mensuração do valor justo, que deverá ser calculado nesses casos com o uso de técnicas de avaliação. Ocorre em situações de inexistência de mercado ativo para o ativo ou passivo. De acordo com Lustosa (2016) “a lógica de preço de saída da definição, mesmo nesses casos, deve prevalecer, e a empresa terá que estabelecer suas próprias premissas de como os participantes do mercado avaliariam o ativo ou passivo podendo, para tanto, usar suas

informações internas e ajustá-las ao nível de conhecimento que os participantes do mercado teriam destas”.

2.1.4 Valor Justo e as características qualitativas da informação

As características qualitativas da informação contábil são atributos que tornam a informação útil e eficaz para os usuários na tomada de decisões econômicas. As características primárias/fundamentais incluem: Relevância e Representação fidedigna. Além das características secundárias/desejáveis que são: Verificabilidade, Compreensibilidade, Comparabilidade e Tempestividade.

Para o CPC (2011), a informação relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. O Valor Justo é muitas vezes considerado uma medida relevante, pois reflete o valor de mercado atual de um ativo ou passivo. No entanto, a subjetividade do Valor Justo pode ser afetada por fatores como a liquidez do mercado e a adequação das estimativas subjacentes. Segundo Mendes et al (2017), essa subjetividade se concentra, em grande parte, na avaliação de grupos patrimoniais ou ativos isolados como nos instrumentos financeiros, combinação de negócios e impairment de ativos, que eram mensurados conforme as regras de uma contabilização e avaliação que não retratavam as situações de alto índice de risco corporativo. As entidades muitas vezes enfrentam desafios ao determinar o Valor Justo de certos ativos, especialmente aqueles que não têm preços de mercado facilmente disponíveis.

No que se refere à representação fidedigna, conforme o CPC (2011), a informação tem que ser completa, neutra e livre de erro. Para Laux e Leuz (2010), a representação fidedigna, antes tratada com o termo “confiabilidade” pela estrutura conceitual do IASB, pode ser definida como a qualidade da informação que garante aos usuários uma mensagem livre de erro e de viés e que represente fielmente o que se pretende informar.

Em síntese, a informação contábil que inclui o Valor Justo deve ser relevante e possuir uma representação fidedigna da atual situação da empresa, atendendo às características qualitativas da informação contábil para ser útil na tomada de decisões.

2.2 Pesquisa Bibliométrica

A pesquisa científica é o ato de investigar ou o estudo sistemático para se conhecer algo, utilizando-se de métodos científicos. Segundo Broietti, C., Arruda, J., Salm, D. C., & Rover, S. (2022) a pesquisa científica contribui para a evolução do saber de uma determinada área, uma vez que o aprofundamento na busca por conhecimentos desenvolve teorias e práticas novas.

Guedes e Borschiver (2005) apontam que a bibliometria é um conjunto de leis e princípios empíricos que contribuem para o estabelecimento dos fundamentos teóricos da Ciência da Informação. A bibliometria possui três leis básicas: Lei de Bradford (produtividade de periódicos), Lei de Lotka (produtividades de autores) e Lei de Zipf (frequência de ocorrência de palavras) (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

A Lei de Bradford é também conhecida como de lei da dispersão e “permite, mediante a medição da produtividade das revistas, estabelecerem o núcleo e as áreas de dispersão sobre um determinado assunto em um mesmo conjunto de revistas” (Vanti, 2002, p. 153). A Lei de Lotka, de 1926, é também conhecida como Modelo do Quadrado Inverso devido a sua premissa: o número de autores que tenham publicado exatamente (n) trabalhos é inversamente proporcional a (n²) (VANTI, 2002). Segundo Vanti (2002) a Lei de Zipf é também conhecida como Lei do Menor Esforço e incide na medição de frequência do aparecimento das palavras em vários textos. Assim, é gerada uma lista ordenada de termos de uma determinada disciplina ou assunto. (VANTI, 2002).

2.3 Estudos anteriores sobre Valor Justo em periódicos

No que concerne às pesquisas bibliométricas em contabilidade sobre valor justo, foram encontrados trabalhos recentes, tais como os de Machado (2021), Santos (2014), Marques et al. (2012), Reis (2018), de Lima et al. (2020), Braga, Souza e Filho (2014) e Matos et al. (2017).

O estudo de Machado (2021) teve como objetivo analisar os artigos que foram apresentados nos principais congressos de contabilidade no Brasil sobre o assunto, fazer um

levantamento e classificá-los mediante seu foco central, indicar, quando possível, o posicionamento favorável ou contra dos autores em relação à mensuração a valor justo. Foi verificado que a maioria dos artigos foram apresentados no congresso ANPCONT (50%), seguidos pelo congresso da USP (28,57%). A média apresentada por autores foi de 2,89 por artigo. De acordo com o enfoque temático, a grande maioria dos artigos é pela técnica mensuração a valor justo. Referente à influência técnica demonstrou que a preocupação predominante é a qualidade da informação contábil seguida pela análise econômica financeira ou de risco. Foi constatada baixa frequência de demonstração da opinião dos autores, tanto a positiva como a negativa, visto que a grande maioria das pesquisas é de caráter informativo sem a pretensão de esboçar qualquer tipo de opinião sobre a técnica aplicada.

Os resultados de Santos (2014) evidenciaram associações significativas entre estratégia de pesquisa, plataforma teórica e técnicas de análise utilizadas nos trabalhos, identificaram que os trabalhos internacionais sobre o tema, tendem a usar abordagem quantitativa para análise dos dados e menor número de pesquisadores, além de recorrerem a um maior número de fontes bibliográficas, em comparação aos trabalhos dos periódicos nacionais. O estudo também identificou características importantes da estrutura, origem, técnicas, instituições de ensino e abordagens destes trabalhos sobre valor justo, e possibilitaram a comparabilidade entre as amostras nacional e internacional.

O objetivo da pesquisa de Marques et al. (2012) foi caracterizar as publicações nacionais e internacionais sobre a aplicação do valor justo nos instrumentos financeiros. Os resultados apontam para a predominância estadunidense nos estudos sobre o tema. Também se detectou a existência de uma atenção especial dos autores com a relevância da divulgação de informações sobre instrumentos financeiros avaliados a valor justo, confirmando a relevância dos artigos nesta categoria. Por fim, foi identificada a existência de um grupo de autores que acreditam que a adoção integral do valor justo (a todos os itens patrimoniais) seria a melhor alternativa.

A pesquisa de Reis (2018) buscou identificar os principais assuntos publicados sobre o tema, e verificar a predominância ou não de um posicionamento contra ou a favor do reconhecimento de ativos ou passivos a valor justo. A partir de uma análise bibliométrica das publicações com o termo “fair value”, dos periódicos CAPES de janeiro de 2016 a junho de 2018, foi verificado que não há, entre os autores, a predominância de um posicionamento explícito a favor ou contra o uso do valor justo. Ao contrário, a grande maioria dos artigos foi

identificada como de caráter predominantemente informativo. Adicionalmente, foi verificado que a maioria dos artigos é concentrada nas revistas da editora Elsevier (31,94%), seguida do portal da Emerald Insight (13,89%). A média apresentada foi de 2,22 autores por artigo, e foi verificado que a maioria dos autores estão concentrados nos Estados Unidos (38,13%). O valor justo foi tratado com foco no de nível dos inputs, na opção pelo valor justo e na técnica de mensuração, em quantidades semelhantes, mas o principal assunto abordado como consequência do uso desse tipo de mensuração foi o gerenciamento de resultados e a qualidade da informação. Os artigos levantados tiveram como principais objetos de análise as normas e publicações sobre valor justo e as demonstrações contábeis de instituições financeiras e seguradoras. Apesar de as normas de mensuração serem bastante detalhadas e explicativas, ainda há grande preocupação com a qualidade da informação, principalmente quando são baseadas em inputs de nível 3.

Para de Lima et al. (2020), o objetivo foi analisar publicações sobre o assunto mensuração a valor justo publicadas a nível nacional, fazer um levantamento e classificá-las de acordo com o seu foco principal, identificar quando possível o posicionamento dos autores dos artigos quanto a opinião favorável ou não sobre a mensuração a valor justo. O estudo foi realizado mediante ao levantamento bibliométrico realizado através das publicações de artigos no periódico CAPES e nos anais de Congressos, de janeiro de 2015 a dezembro de 2018, com a expressão “Valor Justo” presente no título. Verificou-se que a Revista Gestão, Finanças e Contabilidade com 23,81% foi a que mais publicou artigos com o tema no período pesquisado, a média apresentada por autores foi de 2,75 por artigo. Já nos anais de congressos a população pesquisada foi de 12 artigos, onde 41,67% foram apresentados no congresso ANPCONT, 58,34% são desenvolvidos por três autores, seguido de 25,00% produzidos por quatro autores, totalizando uma média de 4,5 autores por artigos. Os artigos levantados tiveram como principais objetos de análise as normas e publicações sobre valor justo, com destaque para as empresas de ativos biológicos. No entanto, a preocupação com a qualidade da divulgação e o gerenciamento de resultados são os mesmos.

Braga, Souza e Filho (2014) buscaram avaliar a produção científica referente a mensuração a *fair value* (valor justo) no Brasil, a partir do que foi publicado nos principais periódicos da área contábil no país desde 2006, quando foi divulgada a minuta de avaliação a valor justo, que viria a se tornar a IFRS 13. Com uso de metodologia de análise de conteúdo, a partir da avaliação dos artigos e de seus respectivos achados, foi possível perceber que o

debate tem sido controverso, com manifestação de preocupação por parte dos pesquisadores em torno de alguns pontos que ainda não estão claros ou não evidentes nas práticas brasileiras. Existe a preocupação em torno do entendimento conceitual e dos fundamentos práticos do valor justo. Adicionalmente, existem críticas sobre o uso do valor justo em contextos econômicos específicos, como os de crise financeira, e o uso de julgamento e subjetivismo, que não são tão comuns no contexto contábil brasileiro, podendo levar a práticas indevidas. Ademais, é apontada a necessidade de maior debate no âmbito acadêmico e o não rompimento brusco com métodos baseados em custo histórico.

Enquanto, os estudos de Matos et al. (2017) analisaram as publicações sobre valor justo nos principais periódicos internacionais de contabilidade e classificam de acordo com temáticas e tipologias de pesquisa. Identificou-se tendência crescente na produção científica sobre o tema, especialmente após 2011, com destaque nos cinco principais *journals* internacionais de contabilidade. A área de pesquisa se mostrou heterogênea, com publicações em diferentes temas, porém com destaque para: (i) comparação do valor justo com outros métodos de avaliação; e (ii) reações do mercado de ações ao valor justo. Ainda, observou-se a predominância de estudos quantitativos e com base em *archival*. A união de diferentes estudos, métodos e abordagens sobre o valor justo condensa as principais pesquisas na área, contribuindo para a compreensão do debate e, principalmente, para observação do fenômeno da utilização do valor justo, que não é consensual do ponto de vista teórico e prático.

As pesquisas contempladas anteriormente reforçam a relevância da utilização de métricas bibliográficas como indicadores do desempenho da pesquisa contábil, além de agregar conhecimento sobre o tema proposto por esta pesquisa.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

Serão descritas a população e a amostra dos artigos sobre valor justo.

3.1 População e amostra dos artigos sobre Valor Justo

A população desta pesquisa compõe-se de artigos que foram publicados em periódicos nacionais com a restrição temporal da data de publicação sendo de 2017 a 2022. Dessa população foram selecionados os periódicos que constavam na lista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e que tinha um padrão de qualidade Qualis A ou superior a B2, que constituem os periódicos mais bem avaliados segundo os critérios da classificação CAPES referente ao quadriênio 2017-2020.

Tal seleção se justifica por acreditar que a produção científica publicada nestes periódicos mais bem classificados possam representar o que de mais relevante tem sido pesquisado acerca do tema no país. Por esses critérios foram identificados um total de vinte e sete periódicos, que atendiam a esse requisito.

A coleta de dados para a formação da amostra se deu por uma série de buscas e pesquisas de artigos no site de cada periódico, a fim de identificar artigos que se encaixavam dentro do objetivo da pesquisa. Após realizada a análise dos periódicos, os artigos foram selecionados através de seus títulos, seus resumos e suas respectivas palavras-chaves, a fim de discernir quais artigos atendiam o objetivo deste trabalho. O critério utilizado para seleção dos artigos foi o de possuir ao menos dez citações sobre o referido tema “Valor Justo” ou “*Fair Value*”, ao longo do corpo textual do artigo.

Quadro 3 – Seleção da amostra

SIGLA	PERIÓDICO	ISSN	CLASSIFICAÇÃO DOS PERIÓDICOS
BBR	Brazilian Business Review	1807-734X	A2
RCF	Revista Contabilidade & Finanças	1519-7077 1808-057X	A2
REPEC	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	1981-8610	A2

ASAA	Advances in Scientific and Applied Accounting	1983-8611	A3
CAO	Custos e Agronegócios Online	1808-2882	A3
CGG	Revista Contabilidade, Gestão e Governança	1984-3925	A3
CRC-SC	Revista Catarinense de Contabilidade	2237-7662	A3
CVR	Contabilidade Vista e Revista	0103-734X	A3
Enfoque	Revista Enfoque: Reflexão Contábil	1984-882X	A3
RCC	Revista Contemporânea de Contabilidade	2175-8069	A3
RCMCC UERJ	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	1984-3291	A3
RCO	Revista de Contabilidade e Organizações	1982-6486	A3
RECFin	Revista de Evidenciação Contábil e Finanças	2318-1001	A3
RGFC	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	2238-5320	A3
RPC	Revista Pensar Contábil	1519-0412	A3
RUC	Revista Universo Contábil	1809-3337	A3
SCG	Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão	1982-7342	A3
ConTexto	ConTexto	2175-8751	A4
RAC	Revista Ambiente Contábil	2176-9036	A4
RACE	Revista de Administração, Contabilidade e Economia	2179-4936	A4
RACEF	Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE	2178-7638	A4
Reunir	Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade	2237-3667	A4
RMC	Revista Mineira de Contabilidade	2446-9114	A4
GeCont	Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI	2358-1735	B1
RC&C	Revista Contabilidade e Controladoria	1984-6266	B1
RC-UFBA	Revista de Contabilidade da UFBA	1984-3704	B1
ReAC	Revista de Administração e Contabilidade da FAT	2177-8426	B2

Fonte: Elaboração própria (2024)

Após filtragem e devida análise, foram selecionadas 78 publicações científicas nos periódicos acima. Para confirmar que as publicações se relacionavam com o tema e para fins de seleção inicial de artigos, foi utilizado o *software* IRAMUTEQ e a figura 1 mostra uma nuvem de palavras baseada nas palavras-chaves dos artigos coletados.

4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

É essencial retratar a seleção por periódicos de maior frequência, a seleção pela classificação dos periódicos, a produção por ano, a seleção pela quantidade de número de pesquisadores, a produção por afiliação institucional dos autores(as), o perfil dos autores e a seleção pelos autores(as) mais frequentes.

4.1 Seleção por periódicos de maior frequência

Tabela 1 – Periódicos de maior frequência

Periódico	Publicações						Total	Percentual
	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
CAO	3	3	4	6	6	5	27	34,62%
RAC	2	2	1	0	2	0	7	8,97%
CGG	3	1	0	1	2	0	7	8,97%
RCC	1	0	1	2	1	1	6	7,69%
RC&C	2	1	0	1	0	0	4	5,13%
Enfoque	0	2	1	0	0	0	3	3,85%
RCMCC UERJ	0	1	0	2	0	0	3	3,85%
ConTexto	0	1	0	0	1	0	2	2,56%
RACE	0	0	0	1	1	0	2	2,56%
SCG	0	0	1	1	0	0	2	2,56%
ASAA	0	0	0	0	0	1	1	1,28%
BBR	0	1	0	0	0	0	1	1,28%
CRC-SC	0	1	0	0	0	0	1	1,28%
CVR	0	0	0	1	0	0	1	1,28%
GeCont	0	1	0	0	0	0	1	1,28%
RACEF	0	0	0	1	0	0	1	1,28%
RCF	1	0	0	0	0	0	1	1,28%
RCO	0	0	1	0	0	0	1	1,28%
ReAC	0	0	1	0	0	0	1	1,28%
RECFin	1	0	0	0	0	0	1	1,28%
REPEC	0	0	0	1	0	0	1	1,28%
Reunir	1	0	0	0	0	0	1	1,28%
RGFC	0	0	1	0	0	0	1	1,28%
RMC	0	0	0	0	0	1	1	1,28%
RPC	1	0	0	0	0	0	1	1,28%
Total	15	14	11	17	13	8	78	100%

Fonte: Elaboração própria com dados dos periódicos pesquisados.

O periódico com maior número de artigos publicados é o Custos e Agronegócios Online (CAO), com 27 publicações (34,62%) ao total e tendo publicado ao menos três artigos por ano sobre o tema desde 2017. Seguido pela Revista Ambiente Contábil (RAC) e Revista Contabilidade, Gestão e Governança (RCG), que publicaram sete artigos (8,97%) durante o período analisado, e pela Revista Contemporânea de Contabilidade (RCC), que publicou 6 artigos (7,69%).

4.2 Seleção pela Classificação dos Periódicos

Tabela 2 – Distribuição dos periódicos por estrato do Qualis

QUALIS	Artigos	Percentual
A1	0	0,00%
A2	3	3,85%
A3	55	70,51%
A4	14	17,95%
B1	5	6,41%
B2	1	1,28%
Total	78	100%

Fonte: Elaboração própria com dados dos periódicos pesquisados

A maior parte dos artigos publicados em periódicos nacionais se concentra em revistas com classificação Qualis A3 (70,51%; n = 55), seguido por periódicos A4 (17,95%; n= 14) e B1 (6,41%; n = 5). Esses resultados indicam que ainda há necessidade de aprimorar a qualidade das pesquisas sobre Valor Justo, que sejam reconhecidas e aceitas nos periódicos enquadrados em Qualis mais bem classificados (A1 e A2).

Apesar dos dados revelarem que periódicos classificados como A1 não foram encontrados na área de Ciências Contábeis, tal evidência não anula a qualidade das publicações coletadas ao verificar que os maiores produtores de conteúdo científico são classificados como A.

4.3 Produção por Ano

A Tabela 3, compreende os anos analisados pelo estudo e a quantidade de publicações que ocorreram em cada um dos anos.

Tabela 3 – Produção por ano

Ano	Artigos	Percentual
2022	8	10,26%
2021	13	16,67%
2020	17	21,79%
2019	11	14,10%
2018	14	17,95%
2017	15	19,23%
Total	78	100,00%

Fonte: Elaboração própria (2023)

Com base nos dados apresentados na Tabela 3, observou-se que o ano de 2020 apresentou a maior taxa de publicação e com 17 artigos representou 21,79% dos artigos analisados; já o ano com menor índice de publicações foi 2022, apresentando apenas 8 publicações.

4.4 Seleção pela Quantidade de Número de Pesquisadores

Na Tabela 4, é evidenciado a quantidade de autores por artigo ao longo do tempo.

Tabela 4 – Quantidade de artigos por ano e número de pesquisadores

Ano	Número de Pesquisadores					Total
	1	2	3	4	+5	
2022	0	2	1	4	1	8
2021	0	6	5	2	0	13
2020	0	3	7	5	2	17
2019	1	3	5	0	2	11
2018	0	4	5	5	0	14
2017	1	6	4	4	0	15
Total	2	24	27	20	5	78

Fonte: Elaboração própria (2023)

A maioria dos artigos publicados não é realizada por um único autor, sendo composta por dois a quatro pesquisadores, enquanto os artigos publicados por apenas um ou mais de

cinco autores, corresponde a apenas 8,97% dos 78 artigos analisados. Enquanto artigos realizados em parceria entre três autores representam 34,62%, seguido de artigos feitos por dois (30,77%) e quatro autores (25,6417%). Ao analisar os setenta e oito artigos foi observado que as publicações foram escritas por duzentos e trinta e sete autores(as).

4.5 Produção por Afiliação Institucional dos Autores(as)

O vínculo dos autores a uma instituição de ensino é uma informação comum nas publicações científicas em periódicos nacionais. Quando os autores submetem um artigo para publicação, é comum incluir a filiação institucional de cada autor. Isso é feito para identificar a instituição à qual o autor está associado e para fornecer contexto sobre a origem da pesquisa.

Essa prática é útil porque permite que leitores, revisores e outros pesquisadores entendam de onde os autores estão conduzindo seu trabalho, o que pode ser relevante para avaliar a qualidade e a credibilidade da pesquisa. Além disso, a afiliação institucional pode ser importante para estabelecer colaborações e contatos entre pesquisadores de diferentes instituições. A seguir, segue as instituições mais frequentes:

Tabela 5 – Instituições mais frequentes

Instituições	Autores	Percentual
UFU	20	8,44%
UFSC	18	7,59%
UnB	16	6,75%
USP	16	6,75%
UFG	15	6,33%
FEA-RP/USP	12	5,06%
UFPB	11	4,64%
UFGD	10	4,22%
UNS - Servia	10	4,22%
UEL	9	3,80%
UNIR	8	3,38%
UFRGS	6	2,53%
UFBA	5	2,11%
UNISINOS	5	2,11%
UNIOESTE	5	2,11%
UFMG	4	1,69%
UFMS	4	1,69%
UFRJ	4	1,69%

UFRPE	4	1,69%
UNICENTRO	4	1,69%
FIPECAFI	3	1,27%
UCEFF	3	1,27%
UFC	3	1,27%
UFSCar	3	1,27%
ESCE/IPS - Portugal	2	0,84%
FUCAPE	2	0,84%
UNOCHAPECÓ	2	0,84%
UTFPR	2	0,84%
Instituições com apenas 1 publicação	21	8,86%
Não identificado	10	4,22%
Total	237	100%

Fonte: Elaboração própria.

Os setenta e oito artigos foram apresentados por duzentos e trinta e sete autores vinculados a quarenta e nove instituições de ensino superior. As instituições que mais tiveram seus pesquisadores publicando sobre o valor justo nos anos de 2017 a 2022 foram a UFU (Universidade Federal de Uberlândia), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), UnB (Universidade de Brasília) e USP (Universidade de São Paulo).

Há de se destacar também o Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis - UnB/UFPB/UFRN que é realizado pela parceria entre as três instituições.

4.6 Perfil dos Autores

Quanto ao gênero, nota-se uma predominância de homens (57,38%) em detrimento às mulheres (36,71%). Em alguns casos de autores estrangeiros, não se pode identificar o gênero dos autores.

Tabela 6 – Gêneros dos autores(as)

Gênero	Quantidade	Percentual
Masculino	136	57,38%
Feminino	87	36,71%
Não identificado	14	5,91%
Total	237	100%

Fonte: Elaboração própria.

Já em relação à escolaridade dos autores(as), cerca de 45,15% possuem doutorado, enquanto 18,14% possuem a titulação de Mestre.

Tabela 7 – Escolaridade dos autores(as)

Escolaridade	Quantidade	Percentual
PhD	16	6,75%
Pós-doutorado	8	3,38%
Pós-doutorando	2	0,84%
Doutor (a)	107	45,15%
Doutorando (a)	15	6,33%
Mestre	43	18,14%
Mestrando (a)	12	5,06%
Especialista	2	0,84%
Bacharel (a)	17	7,17%
Graduando (a)	3	1,27%
Não identificado	12	5,06%
Total	237	100%

Fonte: Elaboração própria.

4.7 Seleção pelos Autores(as) mais frequentes

A Tabela 7 apresenta os autores com pelo menos três trabalhos publicados, formando um grupo com os 10 autores mais frequentes encontrados:

Quadro 4 – Autores(as) mais frequentes

Autores(as)	Artigos						Total
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Ricardo Luiz Menezes da Silva	0	1	0	1	1	2	5
Sirlei Lemes	1	2	0	2	0	0	5
Deyvison de Lima Oliveira	0	1	0	1	1	1	4
Jorge Katsumi Niyama	2	1	0	0	0	1	4
Suliani Rover	0	1	0	0	3	0	4
Edilson Paulo	1	0	0	2	0	0	3
Erlaine Binotto	1	1	1	0	0	0	3
Paula Carolina Ciampaglia Nardi	0	1	0	0	0	2	3
Rafael Todescato Cavalheiro	1	1	1	0	0	0	3
Regio Márcio Toesca Gimenes	1	1	1	0	0	0	3

Fonte: Elaboração própria (2024)

Os autores com o maior número encontrado de artigos são Ricardo Luiz Menezes da Silva com 5 documentos, sendo o primeiro publicado em 2018 e o dois últimos, em 2022, e Sirlei Lemes, também com 5 trabalhos entre 2017 e 2020. Suas produções representam 6,41% do total de artigos. O autor teve todas as suas cinco publicações sobre valor justo publicadas em periódicos de nível A3. Em seguida, Jorge Katsumi Niyama, ao lado de Deyvison de Lima Oliveira e Suliani Rover.

Quadro 5 – Perfil das publicações dos Autores(as) mais frequentes

Autores(as)	A1	A2	A3	A4	B1	B2	Total
Ricardo Luiz Menezes da Silva	0	0	5	0	0	0	5
Sirlei Lemes	0	0	3	1	1	0	5
Deyvison de Lima Oliveira	0	0	3	1	0	0	4
Jorge Katsumi Niyama	0	1	1	1	1	0	4
Suliani Rover	0	0	4	0	0	0	4
Erlaine Binotto	0	3	0	0	0	0	3
Paula Carolina Ciampaglia Nardi	0	3	0	0	0	0	3
Rafael Todescato Cavalheiro	0	3	0	0	0	0	3
Regio Márcio Toesca Gimenes	0	3	0	0	0	0	3
Edilson Paulo	0	0	1	2	0	0	3

Fonte: Elaboração própria (2024)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais constatações do estudo são: o periódico com maior número de artigos publicados é o Custos e Agronegócios Online (CAO) (34,62%; n = 27); a maior parte dos artigos publicados em periódicos nacionais se concentra em revistas com classificação Qualis A3 (70,51%; n = 55); os autores com o maior número encontrado de artigos são o Ricardo Luiz Menezes da Silva e Sirlei Lemes com 5 documentos; sobre a escolaridade dos autores(as), cerca de 45,15% possuem doutorado, enquanto 18,14% possuem a titulação de Mestre; e as instituições que mais tiveram seus pesquisadores publicando sobre o valor justo nos anos de 2017 a 2022 foram a UFU, UFSC, UnB e USP.

Recomenda-se como proposta para estudos futuros a investigação das publicações acerca da aplicação da mensuração a valor justo em ativos biológicos, termo este bastante encontrado entre os artigos analisados.

Este trabalho pode ter continuidade com uma pesquisa comparando a com periódicos internacionais.

A continuidade desta pesquisa é relevante para garantir à sociedade conhecimento sobre temas em questão fornecendo uma avaliação do seu estágio e de tendências para futuras pesquisas.

Entendeu-se neste estudo que as três leis básicas de bibliometria foram atendidas.

Para desenvolver o tema e responder à indagação (Quais as características das publicações sobre valor justo em periódicos nacionais no período de 2017 a 2022?), este trabalho realizou o levantamento de artigos publicados em periódicos nacionais, durante os anos 2017 a 2022, que tratavam sobre o tema: Mensuração a Valor Justo. Para concretizar este objetivo, foi realizada uma análise de 78 artigos coletados em 27 periódicos classificados como A1, A2, A3, A4, B1 e B2 pela Qualis CAPES, nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo (quadriênio 2017-2020).

Foi possível identificar quais periódicos possuem uma maior quantidade de publicações; identificar os pesquisadores que mais têm desenvolvido estudos acerca do tema; e analisar o perfil dos pesquisadores, a qual instituição pertence e a qualidade das publicações.

Os objetivos específicos dividem-se na apresentação dos artigos quanto à seleção por periódicos e pela classificação dos periódicos, contendo a produção por cada ano entre 2017 e 2022, seleção pela quantidade de número de pesquisadores em cada artigo, produção por afiliação institucional dos autores(as), perfil dos autores(as) e por fim, a seleção pelos autores(as) mais frequentes.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, R.; SOUSA, E. P. de; ALVES FILHO, E. M. Mensuração a valor justo no Brasil: análise da produção científica de 2006 a 2012. **Revista de Contabilidade da UFBA**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 47–63, 2014. DOI: 10.9771/rcufba.v8i2.9043. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/9043>. Acesso em:
- BROIETTI, C.; ARRUDA, J.; SALM, D. C.; ROVER, S. Produção científica em contabilidade no Brasil: análise com as teses de doutorado. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 51, n. 2, 2022. DOI: 10.18225/ci.inf.v51i2.5483. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5483>. Acesso em: 6 dez. 2023
- CHOY, A. K. Fair Value as a Relevant Metric: a theoretical investigation. University of Alberta – Department of Accounting & Management Information Systems, 2006.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Conceitual Básico (R1)**: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, 2011.
- _____ ; Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo. 2012.
- _____ ; Pronunciamento Técnico 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola.
- DE LIMA, A. L.; MACHADO, R. A.; MARQUES, A. L. Um Estudo Bibliométrico das Publicações Nacionais sobre a Mensuração a Valor Justo nos Anos de 2015 a 2018. **XI Congresso Nacional de Administração e Contabilidade - AdCont 2020**. Disponível em: <http://adcont.net/index.php/adcont/adcont2020/paper/viewFile/3750/1129>
- FASB. Statement of Financial Accounting Standards 157 - Fair Value Measurements, 2006. Disponível em: <https://www.fasb.org/>. Acesso em:
- _____ ; Statement of Financial Accounting Standards 133 - *Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities*, 1998.
- GUEDES, Vânia; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In:
- IASB. International Accounting Standards Board – Bases for Conclusions IFRS 13 – Fair Measurement, 2011.

_____ ; International Accounting Standards 41 – Agriculture. Bases for Conclussions.

LAUX, C.; LEUZ, C. Did Fair-Value Accounting Contribute to the Financial Crisis? **Journal of Economic Perspectives**, v. 24, n.1, p. 93-118, 2010.

LOPES, M. V; FIGUEIREDO, R. Valor Justo: eficaz até que ponto? **Revista Capital Aberto**, v.7, n.76, 2009.

LUSTOSA, P. R. B. A (In?) Justiça do Valor Justo: SFAS 157, Irving Fisher e GECON. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 5–21, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin/article/view/32293>. Acesso em:

MACHADO, R. A. (2021). Um estudo bibliométrico dos anais dos principais congressos de contabilidade do Brasil sobre a mensuração a valor justo nos anos de 2013 a 2019.

MARQUES, Tatiane et al. Valor Justo Aplicado nos Instrumentos Financeiros: um Estudo Bibliométrico das Pesquisas Nacionais e Internacionais. **RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria**, [S.l.], v. 4, n. 2, out. 2012. ISSN 1984-6266. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/27544>>. Acesso em:

MARTINS, E., GELBCKE, E. R., SANTOS, A. D., & IUDÍCIBUS, S. D. (2013). Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC.

MATOS, E. B. S. de; ARAÚJO, L. V. L. de; GUERRA, M.; MURCIA, F. D.-R. Estudos Internacionais Sobre Valor Justo (2000-2016): Temáticas, Métodos e Sugestões de Pesquisas Futuras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, [S. l.], v. 11, n. 3, 2017. DOI: 10.17524/repec.v11i3.1559. Disponível em: <https://www.repec.org.br/repec/article/view/1559>. Acesso em:

MENDES, P. C. de M.; NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. The Perception of Auditors in the Measurement of Instruments Financial Institutions at Fair Value in Financial Institutions. **Brazilian Business Review**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 363–381, 2018. DOI: 10.15728/bbr.2018.15.4.4. Disponível em: <https://bbronline.com.br/index.php/bbr/article/view/217>.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2008.

PENG, S. BEWLEY, K. Adaptability to fair value accounting in a emerging economy: a case study of China's IFRS convergence. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 23, n. 8, p. 982-1011, 2010.

REIS, C. W.; Um Estudo Bibliométrico das Publicações Internacionais sobre a Mensuração a Valor Justo nos Anos de 2016 a 2018. **IX Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade - AdCont 2018**. Disponível em: <http://www.adcont.net/index.php/adcont/adcont2018/paper/viewFile/3142/942>

SANTOS, L. E. A. Análise bibliométrica das pesquisas sobre valor justo: um estudo em periódicos contábeis nacionais e internacionais. 2014. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12918.pdf>

APÊNDICE

Apêndice A - Relação dos 71 artigos identificados

PERIÓDICO	QUALIS	ANO	AUTORES(AS)	TÍTULO	DISPONÍVEL EM
ASAA	A3	2022	Charline Pires Jorge Katsumi Niyama Ilse Maria Beuren Ernani Ott	Heritage Assets: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação em Museus.	https://asaa.anpc.org.br/index.php/asaa/article/view/807/530
BBR	A2	2018	Paulo Cesar de Melo Mendes Jorge Katsumi Niyama Cesar Augusto Tiburcio Silva	The Perception of Auditors in the Measurement of Instruments Financial Institutions at Fair Value in Financial Institutions	http://doi.org/10.15728/bbr.2018.15.4.4
RCF	A2	2017	Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade Eliseu Martins	Desafios na política pública de mensuração dos ativos para a formação das tarifas no setor elétrico: alguém deve ser beneficiado e alguém deve ser sacrificado?	https://doi.org/10.1590/1808-057x201703160
CGG	A3	2021	Juliane Pacheco Suliani Rover	Relevância dos Ativos Intangíveis Reconhecidos em uma Combinação de Negócios	https://doi.org/10.51341/1984-3925_2021v24n2a2
CGG	A3	2021	Marcos Paulo Rodrigues de Souza Pery Francisco Assis Shikida	Impacto das Emendas às IAS 16 e IAS 41 na Posição Econômico-financeira das Empresas Sucrenergéticas Brasileiras	https://doi.org/10.51341/1984-3925_2021v24n1a6
CGG	A3	2020	Inajá Allane Santos Garcia Wenner Glaucio Lopes Lucena Ana Karla de Lucena Justino Gomes	Dissonância Cognitiva ou Teoria da Agência, o que Explica a Perda por Impairmentdo Goodwill?	https://doi.org/10.51341/1984-3925_2020v23n2a4
CGG	A3	2018	Sirlei Lemes Patrícia de Souza Costa Vinícius Aversari Martins	Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Mensuração do Imobilizado de Empresas Listadas na BM&FBOVESPA e na NYSE	http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2018v21n2a5

CGG	A3	2017	Reiner Alves Botinha Sirlei Lemes	Comparabilidade das Escolhas Contábeis em Propriedades para Investimentos de Empresas Listadas na BM&FBOVESPA e NYSE	https://doi.org/10.51341/1984-3925_2017v20n1a7
CGG	A3	2017	Daniel Ramos Nogueira Paulo Alexandre da Silva Pires	Nível de Disclosure do CPC 29 Ativos Biológicos: Análise dos fatores determinantes nas companhias brasileiras	https://doi.org/10.51341/1984-3925_2017v20n1a3
CGG	A3	2017	Ketlyn Alves Gonçalves Lorena Conegliam Carlos Henrique Silva do Carmo	Value Relevance Das Propriedades Para Investimento: Evidências Do Mercado De Capitais Brasileiro	https://doi.org/10.51341/1984-3925_2017v20n1a1
RCC	A3	2022	Ricardo Luiz Menezes da Silva Yuri Becaleti dos Santos Paula Carolina Ciampaglia Nardi Roni Cleber Bonizio	Persistência do lucro e o valor justo em empresas não financeiras: evidência da América Latina	https://doi.org/10.5007/2175-8069.2022.e82758
RCC	A3	2021	Thais Daneberg Roberto Frota Decourt	Impactos da adoção das international financial reporting standards (IFRS) nos indicadores econômico-financeiros de instituições financeiras brasileiras	https://doi.org/10.5007/2175-8069.2021.e65790
RCC	A3	2020	Juliana Molina Queiroz Adriano Rodrigues Marcelo Alvaro da Silva Macedo Natan Szuster	Análise dos efeitos dos instrumentos financeiros no conservadorismo contábil em bancos brasileiros	https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n44p3
RCC	A3	2020	Aline Fernandes Pinto Sirlei Lemes Neirilaine Silva de Almeida	Adoção do valor justo para ativos não financeiros: evidências da Alemanha, Brasil e Reino Unido	https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n43p104
RCC	A3	2019	Lais Manfiolli Figueira Marcelo Augusto Ambrozini	Impacto do reconhecimento de instrumentos financeiros mensurados a valor justo sobre a volatilidade do resultado	https://doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n38p57
RCC	A3	2017	Maria Teresa Venâncio Dores Alves	Mensuração e reconhecimento contábilístico dos	https://doi.org/10.5007/2175-8069.2017v16n38p57

			Maria Olímpia Alvarez de Sousa Fernandes Pascoal	ativos biológicos: um estudo de caso	69.2017v14n31p46
RCO	A3	2019	Phillemon Telêmaco da Graça Marta Cristina Pelucio Grecco George Andre Willrich Sales	Reconhecimento contábil nas operações em florestas nativas: o Caso Agrocontext	https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.162327
CAO	A3	2022	Josefa Camila Gregório de Brito Carla Renata Silva Leitão	Disclosure of biological assets: a study in companies listed on B3	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número3v18/OK%2013%20biologicos.pdf
CAO	A3	2022	Kristina Peštović Ivana Medved Dijana Rađo Dejan Jakšić Dušan Saković	The impact of accounting regulation basis to the mandatory biological assets reporting: evidence from the Serbian agricultural production companies	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número3v18/OK%206%20biological.pdf
CAO	A3	2022	Lyss Paula de Oliveira César Augusto Tibúrcio Silva	Analysis of subjectivity in measuring assets assessed by level 3 of the fair value hierarchy	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número2v18/OK%2017%20subjectividade.pdf
CAO	A3	2022	Camila Alana Dias Bruno Chacon Prata Victor Hugo Martins Escarce Daniel Ramos Nogueira	Earnings management and disclosure level of CPC 29 biological asset and agricultural product: an analysis with Brazilian companies	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número1v18/OK%203%20disclosure.pdf
CAO	A3	2022	Ricardo Luiz Menezes da Silva Paula Carolina Ciampaglia Nardi Georgia Saiani Mendes Deyvison de Lima Oliveira	Dissecting the valuation of sugar cane at fair value: seeking improvements in accounting information	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número1v18/OK%209%20cana.pdf
CAO	A3	2021	Deyvison de Lima Oliveira Sílvio Hiroshi Nakao	What do we have about research on the 'measurement of biological assets' in 20 years of IAS 41 – Agriculture?	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número4v17/OK%2014%20ativoss.pdf
CAO	A3	2021	Fernanda Jordão Ricardo Luiz Menezes da Silva	Effect of the fair value of biological assets on the cost debt: an international study	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número4v17/OK%2018%20biologicos.pdf

CAO	A3	2021	Ariel Pires Camargos Sérgio Lemos Duarte Denize Lemos Duarte	Assessment of Biological Assets in Agribusiness	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número3v17/OK%205%20biological.pdf
CAO	A3	2021	Bruno Chacon Prata Suliani Rover Leonardo Flach	Fair value of biological assets: an analysis from the forecast of operating cash flows	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número3v17/OK%2015%20biologicos.pdf
CAO	A3	2021	Aline Christina Teixeira Ilírio José Rech Monize Ramos do Nascimento	Value relevance of the way biological assets contribute to the cash flow of Brazilian agribusiness companies	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número3v17/OK%2020%20value.pdf
CAO	A3	2021	Fernando da Silveira Allison Manoel de Sousa Alex Mussoi Ribeiro Suliani Rover	Relevance of fair value of biological assets to the market: An analysis in brazilian publicly traded companies	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número1v17/OK%203%20biologicos.pdf
CAO	A3	2020	Marília Paranaíba Ferreira Lorena Conegliam Carlos Henrique Silva do Carmo Alex Mussoi Ribeiro	The value relevance of biological assets in brazilian public firms: An incremental analysis of the ohlson model	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número4v16/OK%208%20value.pdf
CAO	A3	2020	Marcos Igor da Costa Santos Paulo Amilton Maia Leite Filho	Measurement of biological assets at fair value in a rural property located in the municipality of santana do ipanema/al	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número2v16/OK%207%20biologicos.pdf
CAO	A3	2020	Renato Spricido Rabassi Mário Otávio Batalha Andrei Aparecido de Albuquerque	Valuation of biological assets at fair value: Impacts on decision-making in agro-industrial companies	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número1v16/OK%201%20biologicos.pdf
CAO	A3	2020	Robson Queiroz Pereira Leide Vânia Miranda Moreira Vitor Hideo Nasu Eduardo Flores Eliseu Martins	Analysis of the usefulness of fair value measurement of forest assets under the perspective of preparers of the financial statements	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número1v16/OK%203%20florestais.pdf
CAO	A3	2020	Bangsheng Xie Meijuan Liu(Corresponding author) Timothy O. Randhir(Corresponding author) Yuting Yi	Is the biological assets measured by historical cost value-related?	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número1v16/OK%206%20assets.pdf

			Xiaohan Hu		
CAO	A3	2020	Alessandro Silva Monico Diogo Costa da Silva Alessandro Gustavo Souza Arruda Emanoel Marcos Lima	Analysis of compliance level of biological assets in public companies	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número1v16/OK%2010%20confirmidade.pdf
CAO	A3	2019	Vera Mirović Nada Milenković (corresponding author) Dejan Jakšić Kristina Mijić Jelena Andrašić Branimir Kalas	Quality of biological assets disclosures of agricultural companies according to international accounting regulation	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número4v15/OK%203%20disclosure.pdf
CAO	A3	2019	Bangsheng Xie Genghuan Wang Shunhe Wang	Does biological assets affect the firms' cost of debt Capital? evidence from chinese listed agriculture firms	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número2v15/OK%202%20assets.pdf
CAO	A3	2019	Erves Ducati Luiz Felipe Ferreira Alessandra Rodrigues Machado de Araujo	Biological assets: A study on the applicability of CPC 29 in cooperative societies	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número2v15/OK%2019%20CPC.pdf
CAO	A3	2019	Ulukan Buyukarikan	Agricultural practices of apple and apple nursery production according to Turkish IAS 41 accounting standard in an agricultural enterprise	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número2v15/OK%2020%20apple.pdf
CAO	A3	2018	Júlia Virgínia dos Santos Pires Maciel José Alves Dantas Ducineli Régis Botelho	Disclosure of fair value adjustment in DVA by companies exploiting biological assets	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número4v14/OK%2017%20DVA.pdf
CAO	A3	2018	Herivânio Torres Bandeira Carla Renata Silva Leitão	Analysis of the adherence to CPC 27 and CPC 29 by companies listed on the BM&FBovespa that maintain biological assets of bearer plants	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número4v14/OK%2018%20biologicos.PDF
CAO	A3	2018	Thaís Brugnera dos Santos Ilirio José Rech Moisés Ferreira da Cunha Cíntia Oliveira Elias	Fair value based on market value versus value in use: A study applied to dairy cattle	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número1v14/OK%2019%20avaliacao.pdf
CAO	A3	2017	Rosiane Mikuska Telma Regina Stroparo Flávio Ribeiro Ana Léa Macohon Klosowski	Adoption of the fair value in the disclosure of biological assets: A case study in the	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número4v13/OK

				production of yerba mate	%2012%20value.pdf
CAO	A3	2017	Rafael Todescato Cavalheiro Erlaine Binotto Luiz Cândido Martins Régio Marcio Toesca Gimenes	Biological assets and agricultural products: A comparative study of scientific production	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número3v13/OK%2011%20biologicos.pdf
CAO	A3	2017	Paulo Alexandre da Silva Pires Letícia Helena Lisboa Forne Keila Carina Gomes Daniel Ramos Nogueira	Representativeness of the biological assets and the disclosure level of CPC 29: An analysis among Brazilian publicly traded companies for the period of 2009 to 2013	http://www.custoseagronegocioonline.com.br/número1v13/OK%2019%20disclosure.pdf
REPEC	A2	2020	Mara Jane Contrera Malacrida Nadia Alves de Sousa Alan Diógenes Góis (in memorian)	A relevância do valor justo dos derivativos nas instituições financeiras após a adoção do IFRS	http://dx.doi.org/10.17524/repec.v14i2.2552
Enfoque	A3	2019	Eduardo Alvim Guedes Alcoforado Kelly Aparecida Silva Lucimar Antônio Cabral de Ávila	Gerenciamento de resultados no setor de locação imobiliária	http://dx.doi.org/10.4025/enfoque.v38i2.41177
Enfoque	A3	2018	Paula Carolina Ciampaglia Nardi Luisa Elias Orsi Victor Placeres Borges Ricardo Luiz Menezes da Silva	Influência de práticas Contábeis discricionárias no honorário de auditoria	https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i3.34831
Enfoque	A3	2018	Rafael Todescato Cavalheiro Regio Márcio Toesca Gimenes Erlaine Binotto	Fair Value Accounting: a mensuração de ativos biológicos na práxis e perspectivas dos profissionais contábeis do setor sucroenergético brasileiro	https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i4.40983
RPC	A3	2017	Gilberto Magalhães da Silva Filho Wenner Glaucio Lopes Lucena Paulo Amilton Maia Leite	Efeito do Reconhecimento do Fair Value Accounting nas Decisões de Venda Diante da Influência dos Vieses Cognitivos: um Estudo à Luz da Prospect Theory	http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/3182/2466
CRC-SC	A3	2018	Emanuelle Frasson Guimarães Suliani Rover	Comparabilidade da mensuração das propriedades para investimento das companhias abertas	https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2555/2027

				listadas na BM&FBOVESPA: uma análise sob a ótica dos índices T e H	
Reunir	A4	2017	Fabiano Ferreira Batista Edilson Paulo	Value relevance das propriedades para investimento no setor de exploração de imóveis	https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/668/pdf
RCMCC UERJ	A3	2020	Vinicius de Souza Cotrim Ercilio Zanolla Carlos Henrique Silva do Carmo	Determinantes da escolha contábil em propriedade para investimento: análise das companhias imobiliárias do Brasil, China e África do Sul	http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/3463/2747
RCMCC UERJ	A3	2020	Deyvison de Lima Oliveira Louise Fabíula Scarmocin Ricardo Luiz Menezes da Silva	Contabilidade de ativos biológicos no brasil: análise do campo de conhecimento uma década após a edição do cpc 29	http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/3625/2767
RCMCC UERJ	A3	2018	Cristiano Machado Costa Fábio Moraes da Costa Clóvis Antônio Kronbauer Ederson Luiz Serraglio	Ajuste a valor justo dos ativos biológicos e a volatilidade dos resultados de empresas brasileiras	http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/3140/2642
RGFC	A3	2019	Ronivaldo Alcebiades Ferreira Aridelmo Teixeira	A relevância das informações financeiras nas empresas listadas na b3 que atuam com ativos biológicos após adoção do cpc 29	https://revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/5481/pdf
SCG	A3	2020	Fabiano Ferreira Batista Edilson Paulo	Conservadorismo e mensuração das propriedades para investimento no setor de exploração de imóveis	https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.24531
SCG	A3	2019	Rafael Todescato Cavalheiro Régio Marcio Toesca Gimenes Erlaine Binotto	As Escolhas Contábeis na Mensuração de Ativos Biológicos estão Associadas ao Perfil do Profissional Contábil?	https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.22029
RAC	A4	2021	Edson Vinícius Pontes Bastos Luciana Holtz Odilanei Moraes dos Santos	Mensuração a valor justo e seus impactos nos honorários de auditoria: evidências no mercado brasileiro	https://doi.org/10.21680/2176-9036.2021v13n21D21122
RAC	A4	2021	Camila Teresa Martucheli Antônio Dias Pereira Filho	Os princípios subjacentes às IFRS e as bases de mensuração dos elementos integrantes das demonstrações financeiras	https://doi.org/10.21680/2176-9036.2021v13n11D19699

RAC	A4	2019	Tiago Francisco de Camargo Antônio Zanin Geovanne Dias de Moura Juliano Corrêa Daleaste Citânia Aparecida Pilatti Bortoluzzi	Influência da complexidade organizacional na mensuração dos ativos biológicos das companhias abertas listadas da B3	https://doi.org/10.21680/2176-9036.2019v11n11D15889
RAC	A4	2018	Wemerson Pinheiro da Costa Deyvison de Lima Oliveira Robinson Francino da Costa Ronie Peterson Silvestre	Sistema de produção hidropônico: proposta de fluxo contábil de acordo com o cpc 29	https://doi.org/10.21680/2176-9036.2018v10n11D12329
RAC	A4	2018	Ercilio Zanolla Gustavo Amorim Antunes	Análise de evidências pró valor justo na nova estrutura conceitual da contabilidade	https://doi.org/10.21680/2176-9036.2018v10n11D11239
RAC	A4	2017	Claudio Ulysses Ferreira Coelho Angélica Morais Dias	Valor justo de debêntures sem preços de referência no mercado: uma proposta metodológica de mensuração	https://doi.org/10.21680/2176-9036.2017v9n11D7648
RAC	A4	2017	Tatiane de Oliveira Marques Jorge Katsumi Niyama Rafael Morais de Souza Charles Albino Schultz	Avaliação do value relevance das informações sobre a hierarquia do valor justo das empresas brasileiras	https://doi.org/10.21680/2176-9036.2017v9n11D7238
RACE	A4	2021	Sérgio de Iudícibus Ana Paula Correia Lacanna José Everardo Alves Pereira Ilse Maria Beuren	Hedge Accounting: International Financial Reporting Standards e Normas do Banco Central do Brasil	https://doi.org/10.18593/race.23735
RACE	A4	2020	João Paulo Machado Ribeiro Álvaro José Ribeiro Caldas Ariane Firmeza Mota Edilson Paulo	Essencialidade do valor justo na avaliação das propriedades para investimento: Evidências no Brasil	https://doi.org/10.18593/race.22114
RACEF	A4	2020	Guilherme Asai Ricardo Ratner Rochman	Avaliação de ativos biológicos: proposta de metodologia de avaliação para o mercado brasileiro	http://dx.doi.org/10.13059/RACEF.V11I3.621
RC&C	B1	2020	Luciane Dagostini Lucas Diego Tocchetto Pamila Eduarda Balsan Colla	Escolhas contábeis e ativos biológicos: categorização por intermédio do cpc 29	http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v12i1.74059
RC&C	B1	2018	Régis Barroso Silva Bruno Goes Pinheiro Vera Maria Rodrigues Ponte	Materialidade e Disclosure das Informações sobre	http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v10i2.58505

			Sylvia Rejane Magalhães Domingos	Propriedades para Investimento	
RC&C	B1	2017	Maria Carolina Reis Visoto Eduardo Bona Safe de Matos Jorge Katsumi Niyama	Fair Value Measurement: Análise do Nível de Concordância dos Usuários da Informação Contábil com Relação aos Critérios Propostos na Minuta de Pronunciamento (ED/2009/5) do IASB	http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v9i3.50946
RC&C	B1	2017	Luis Augusto Ferreira dos Santos Diego Emanuel Sousa Gonçalves Roberto Oliveira Santos	Uma análise do Conservadorismo após a implantação das IFRS: um estudo em empresas listadas na BMF&Bovespa	http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v9i1.49926
RECFin	A3	2017	Paulo Roberto Barbosa Lustosa	A (in?) justiça do valor justo: sfas 157, irving fisher e gecon	http://dx.doi.org/10.18405/recfin20170101
RMC	A4	2022	Camila Rodrigues Makiuchi Paulo Cesar de Melo Mendes Jose Alves Dantas	Relação entre a relevância dos instrumentos financeiros derivativos nos bancos brasileiros e a menção a esses instrumentos no relatório dos auditores	https://doi.org/10.51320/rmc.v23i1.1275
ConTexto	A4	2021	Eliana Regina Conzatti Nathasha Gonçalves Goulart Oliveira Vinicius Abilio Martins	Nível de aderência a evidenciação do pronunciamento cpc 28 nas companhias abertas no brasil à luz da teoria da divulgação	https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/111114/pdf
ConTexto	A4	2018	Laura Brandão Costa Sirlei Lemes	Comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração ao valor justo de companhias latino-americanas dos setores de petróleo, mineração, gás e biocombustíveis	https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/67717/pdf
GeCont	B1	2018	Rayanne Silva Barbosa Sirlei Lemes Flaida Êmine Alves de Souza	Comparabilidade da mensuração ao valor justo de companhias abertas brasileiras pertencentes ao índice bovespa	https://www.ojs.ufpi.br/index.php/gecont/article/view/5329/4247
ReAC	B2	2019	Gabrielle Pompeu Sodré Antonio Gualberto Pereira	Legitimidade Corporativa em Empresas Ambientalmente Sensíveis da B3: Análise dos Principais Assuntos de Auditoria	http://www.react.com.br/index.php/react/article/view/202/227

CVR	A3	2020	Arthur Frederico Lerner Vanessa Noguez Machado Maria Ivanice Vendruscolo Fernanda Gomes Victor	Valor justo das commodities agrícolas como determinante do lucro líquido das companhias abertas brasileiras	https://revistas.facc.ufmg.br/index.php/contabilidadevista/revista/article/view/5682
-----	----	------	--	--	---